

Independentes reabrem a proposta das eleições

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Alguns líderes e parlamentares independentes reabriram ontem o projeto com as normas para as eleições municipais previstas para novembro, a fim de alterar dispositivos como domicílio eleitoral, filiação partidária, eleições em municípios novos e candidaturas natas de vereadores, entre outros, já decididos por acordo, há uma semana.

O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), que teve a iniciativa de formular o projeto das eleições, considerou negativa a reabertura do projeto que fora fechado com base em mais de duas semanas de negociações com todas as lideranças partidárias, mas concordou que é melhor discutir tudo agora do que o projeto ser completamente emendado no plenário, o que seria mais demorado e prejudicial.

O nó górdio nas negociações é o domicílio eleitoral, fixado pela atual Constituição em um ano e assim mantido no texto do projeto. Os políticos independentes querem diminuir o tempo do domicílio para resolver casos como o do deputado Fernando Lyra (sem partido-PE), por exemplo, que só há duas semanas mudou seu domicílio de Caruaru para Recife, para concorrer à prefeitura da capital.

Ibsen Pinheiro disse que uma solução diferente da atual Constituição pode determinar a inconstitucionalidade do projeto das elei-

ções municipais e até mesmo inviabilizar a realização do pleito. Como a futura Constituição prevê que caberá à lei ordinária tratar do assunto, Ibsen argumenta que os parlamentares devem aguardar a promulgação da futura Constituição e votar às pressas um projeto fixando um prazo de domicílio compatível com o desejo da maioria.

O deputado Pimenta da Veiga (sem partido-MG) apresentou proposta para que seja eliminada a exigência de se colocar a palavra partido no nome das agremiações partidárias, retirando-se a letra "p" das siglas. A inclusão dessa exigência, à época da extinção da Arena e do MDB, foi uma tentativa do governo de prejudicar a legenda vitoriosa do MDB que, pela exigência legal, passou a chamar-se PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Com a reabertura das negociações sobre o que já estava fechado, a segunda parte do projeto, relativa à propaganda eleitoral gratuita, não teve muito progresso nas discussões, ficando para amanhã nova reunião para tentar fechar o acordo sobre a distribuição do tempo.

Os líderes partidários terão de decidir entre três propostas de tempo de propaganda gratuita: duas horas durante os 60 dias anteriores à eleição, uma hora durante os 60 dias e 90 minutos durante 45 dias. Somente depois que decidir isto é que os líderes poderão tratar da distribuição do tempo aos partidos.